

I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS



ANÁLISE DAS PRODUÇÕES SOBRE GOVERNANÇA DE TIC NO CENÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Aroldo Tavares Coimbra
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
aroldotav@gmail.com

Danilo de Oliveira César
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
danilo.cezar@gmail.com

Marco Antonio Costa da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
marco.silva@ufms.br

Eixo Temático: Tecnologias e sistemas de informação

RESUMO

O objetivo central do presente artigo é analisar as produções científicas publicadas em periódicos, especializados em administração pública, que tangenciam o certame de Governança de Tecnologia da Informação e comunicação (TIC). A aplicação dos princípios de Governança de TIC contribuem significativamente para que haja eficácia e eficiência na gestão estratégica. Somado a isso, o governo federal instituiu um decreto que determina a adoção de Políticas de Governança Digital. A partir de uma análise bibliométrica foram levantadas as publicações que abordaram o assunto de Governança de TIC no período de 2010 a 2017. O resultado obtido demonstra que, apesar da relevância da temática, pouco interesse foi demonstrado no cenário da administração pública.

Palavras-chave: Administração Pública, Organizações Públicas, Governança de TIC, Tecnologia da Informação e Comunicação.

1 INTRODUÇÃO

Em 15 janeiro de 2016 o governo federal instituiu um decreto número 8.638 onde ficou determinada a adoção de Políticas de Governança Digital para os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2017). Este decreto conceitua governança digital como a

“...utilização pelo setor público de recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos, incentivar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão e aprimorar os níveis de responsabilidade, transparência e efetividade do governo...” (BRASIL, 2017. S.d.).

Dentro das organizações privadas a atenção e relevância que é dada a área de tecnologia da informação e comunicação não é recente. Isso fica evidenciado por Fresneda (1998) que há 20 anos atrás afirmava que a era da informação já havia chegado e provocaria mudanças importantes para organizações privadas, demandando novos modelos organizacionais para dar conta dessa nova demanda.

Devido ao dinamismo da área de TI é comum aos gestores encontrarem diversos obstáculos durante a administração dos recursos de tecnológicos bem com a sua adequada utilização. Neste sentido a Governança de TIC (tratado aqui como sinônimo de Governança de Digital) apresenta-se como solução para encurtar o caminho a ser percorrido entre a “percepção da necessidade” e a “potencialização da utilização” de tais recursos para aprimorar o desempenho da organização.

Para Klumb e Marcondes de Azevedo (2014), a governança de TIC se apresenta através de modelos de melhores práticas em gestão de TI e propõe caminhos para que os serviços tragam apoio efetivo ao negócio, tanto do ponto de vista dos seus usuários internos quanto dos clientes externos. De acordo com o Tribunal de Contas da União, TCU (2017), a governança de TIC se traduz em um conjunto de políticas, processos, papéis e responsabilidades associados a estruturas e pessoas da organização, de modo a se estabelecer claramente o processo de tomada de decisões e as diretrizes para o gerenciamento e uso da TI, tudo isso de forma alinhada com a visão, missão e metas estratégicas da organização.

Apesar de tardia, a ação do governo federal, através do decreto citado, vem de encontro às tendências globais e necessidade de evolução no modelo de gestão estratégica no que tange à relevância dada à área de tecnologia da informação e comunicação. Baseado nos cenários apresentados, este artigo propõe-se a diagnosticar a situação dos estudos e produções científicas

brasileiras acerca do assunto governança de TIC no contexto da administração pública brasileira. Para isto, o presente empenho encontra-se dividido em cinco seções: a primeira é a introdução que justifica e objetiva a questão de pesquisa. Em seguida são expostos o referencial teórico e a revisão da literatura. As considerações e procedimentos metodológicos são descritos na terceira seção e tem seus resultados analisados e discutidos na seção subsequente. E, por fim, evidencia-se a conclusão, com os principais achados da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A área de tecnologia da informação é o que traduz para o contexto organizacional a dinâmica era da informação e a era digital. Em sua recente evolução, a referida área já foi chamada de “central de processamento de dados”, “informática”, “help-desk”, etc. Vive-se, atualmente, o período de transição onde os setores de TI das instituições públicas e privadas estão evidenciando a “comunicação” como parte de sua natureza e, conseqüentemente, o termo mais adequado para descrever tal área é representado por TIC. Dessa forma, no discorrer das próximas linhas, ambos termos – TI e TIC – serão tratados como sinônimos e, no mesmo sentido, os termos Governança de TI, Governança de TIC e Governança Digital terão a mesma prerrogativa.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SUA GOVERNANÇA

Conforme destaca Mendonça *et al.*, (2013) as novas tendências de gestão foram e tem sido implementadas pelo setor protutivo também estão sendo incorporadas à administração de organizações públicas. Com o objetivo de melhorar a eficiência na prestação de serviços ao cidadão e redução dos gastos, bem como no aumento de participação da sociedade nas decisões públicas e na ampliação da transparência sobre a gestão dos bens públicos e tomada de decisões.

Ademais, devido às demandas de um contexto global cada vez mais integrado digitalmente, os setores de TIC das grandes instituições tem tomado para si um papel de destaque e fundamental valor dentro das estruturas organizacionais nas quais estão inseridas. Os alinhamentos estratégicos e objetivos corporativos demandam agilidade e precisão cada vez maiores. Ademais, a abrangência e a evolução dos sistemas de informação têm gerado uma dependência direta das instituições para a realização de um controle efetivo de ações promovidas pela gestão e as suas operacionalizações bem como o acompanhamento dos

resultados obtidos versus os esperados.

Para a compreensão do certame e posiciona-lo dentro do cenário do serviço público é valido discorrer algumas particularidades sobre sua gestão. De Souza Pires e Macêdo (2006) destacam que nas organizações públicas ocorre uma luta de forças que se manifesta entre o “novo e o velho”, que se manifesta na disputa entre as mudanças e inovações necessárias frente ao contexto organizacional no mundo contemporâneo, em conflito com uma dinâmica e uma burocracia arraigadas. As organizações públicas se deparam com a necessidade do novo tanto em aspectos administrativos quanto em políticos. Mais que isso, necessitam criativamente integrar aspectos políticos e técnicos, sendo essa junção inerente e fundamental para as ações nesse campo. Entretanto, essa busca de forças torna-se necessária para se conduzir a uma reflexão, onde se possa obter as melhores estratégias para descrever organizações públicas capazes de atingir seus objetivos, que consistem em serviços eficientes à sociedade.

Das organizações públicas espera-se o cuidado e a gestão das questões e interesses sociais. Para isso, Viegas (2014) clarifica que o “administrar” é entregar um bem a uma determinada pessoa a fim de que a mesma zele e cuide daquele bem posto sob sua responsabilidade e competência; a autora ainda conceitua a Administração Pública seguindo o mesmo sentido, tendo em vista que os bens são de propriedade da coletividade e colocados sob a guarda de alguém para que este exercite todas as faculdades de que necessita para o implemento da sua função, como dirigir, governar, prestar serviços para atingir um resultado positivo.

Agregando à temática, Mendonça et al. (2013), sugere que a TI pode contribuir significativamente para que as organizações públicas e privadas alcancem seus objetivos, mas para isso é preciso tornar a governança de TI mais fácil e clara em sua implantação e utilização, especialmente para aspectos como equilíbrio dos riscos, controle dos custos, de pessoas, de contratos, fornecimento de serviços de terceiros, além de ficar claro como são tomadas as decisões e quem as toma.

Deve ser ressaltado, entretanto, que a TI não é um fim em si mesma, representando tão somente o meio pelo qual as informações são armazenadas, acessadas, distribuídas e utilizadas. Assim, os executivos de TI devem preocupar-se com a gestão da informação, e não apenas com a gestão da TI. Essa nova orientação faz emergir o conceito de governança de TI (LUNARDI, BECKER, MAÇADA, 2010).

Neste sentido, cabe dizer que não há mais espaços para certos “amadorismos” na gestão de TICs dentro da administração pública. Fechar os olhos para este cenário implica na perda de eficácia e, conseqüentemente, faltar com o compromisso da administração pública para

com a sociedade. Para Lunard et al. (2010), a simples elaboração de um modelo não significa necessariamente que a governança de TI esteja funcionando na organização. Quando os processos de governança são mal projetados acabam sendo contraproducentes.

3 METODOLOGIA

Nesta etapa serão apresentados os conceitos aplicados bem como os procedimentos metodológicos que nortearam as atividades até a obtenção dos elementos e produções realizadas que circundam o certame de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação inserido no contexto da administração pública brasileira.

Segundo Gil (1999), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar a visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Por conseguinte, a investigação aqui realizada pode ser classificada como tal. Ademais, posta essa varredura é aplicada a estratégia de análise bibliométrica.

De acordo com Treinta et al., (2014), um estudo bibliométrico busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele. Ainda segundo os autores, este estudo parte do princípio de que, ao iniciar-se uma nova pesquisa acadêmica, tudo o que está sendo discutido, publicado e gerado de conhecimento nessa linha de pesquisa deve ser mapeado para a construção do conhecimento a ela relacionado.

Como já esclarecido anteriormente, o objetivo foi obter um panorama da situação das produções científicas acerca do assunto de governança de TIC no contexto da administração pública brasileira. Para tal, a busca em periódicos foi realizada levando em consideração os critérios de classificação *qualis*, sistema definido pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Segundo informações extraídas da Plataforma Sucupira (2017), o Qualis-Periódicos busca classificar a produção científica dos programas de pós-graduação para artigos publicados em periódicos científicos. Seu objetivo é atender as necessidades específicas do sistema de avaliação, sendo baseado em informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. O Qualis-Periódicos disponibiliza uma lista com a classificação dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5 e; C - com peso zero (PLATAFORMA SUCUPIRA,

2017).

Para o escopo bibliométrico desejado foram filtradas – utilizando a plataforma sucupira – revistas que detiveram classificação *qualis* A1, A2, B1 e B2 no evento do Quadriênio 2013-2016 e na área de avaliação “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”. Dentro dessas especificações 1.677 periódicos foram encontrados.

Devido ao anseio de diagnóstico sobre o cenário da administração pública brasileira foram excluídas as revistas internacionais. Dessa forma, àquelas cujo o título não estava em português foram retiradas da análise, abrem-se exceções para as revistas que publicam em línguas estrangeiras mas tratam assuntos do ambiente brasileiro, como por exemplo: “BAR - *Brazilian Administration Review*”. Dadas as características citadas o quantitativo do proposto foi reduzido para 615 periódicos.

Posteriormente, a terceira filtragem é feita – a partir dos dados já restritos – buscando quais os veículos de publicação tratam especificamente do assunto de Administração Pública e de Empresas. Esta ação se faz necessária pois, “...o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações...” (PLATAFORMA SUCUPIRA, 2017). Ou seja, apesar da área de avaliação já especificar previamente o foco das publicações, alguns periódicos recebem a classificação *qualis* em mais de uma área. Cita-se como exemplo de exclusão para este caso, a “Revista Brasileira de Zootecnia”, que foi categorizada como A2 na área de avaliação citada no início do parágrafo, porém, o “objetivo principal é de publicar artigos originais nas áreas de Aquicultura Biometeorologia e Bem-Estar Animal, [...]” (RBZ, 2017). Dessa forma, chegou-se ao número de 189 revistas.

Destaca-se que neste momento duas seleções precisaram ser realizadas devido a algumas particularidades da plataforma sucupira: (1) a mesma revista (identificada com o número de ISSN) pode ser apresentada mais de uma vez. (2) a mesma revista possuir mais de uma identificação devido ao fato da versão impressa receber um ISSN diferente da versão online. Os exemplos para as situações citadas estão demonstrados na tabela 1. Considerando esses aspectos, o número de periódicos caiu para 78, dados que são apresentados na tabela 2.

Tabela 1: Critérios de Exclusão de Periódicos

ISSN	Título	Extrato	Exclusão
2177-6083	Administração: Ensino e Pesquisa	B1	-
2177-6083	Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP)	B1	Exclusão por ISSN (1)
2178-938X	RAE (ON-LINE)	A2	-
0034-7590	RAE (IMPRESSO)	A2	Exclusão por Título (2)

Fonte: Elaborado Pelos autores

Apresenta-se na tabela 2, o quadro-resumo das análises realizadas até dado momento. Além dos critérios e resultados já obtidos, acrescenta-se também a tabela 3 com o quantitativo dos periódicos de administração agrupados de acordo com a classificação *qualis* encontrada

Tabela 2: Quantidade de Periódicos

Panorama Periódicos - <i>Qualis</i> 2013-2016	Quantidade
Periódicos A1, A2, B1 e B2 (com repetições)	1677
Periódicos Nacionais (com repetições)	615
Periódicos Nacionais da área de Administração (sem repetições)	78

Fonte: Elaborado Pelos autores

Por fim, na tabela 3 são apresentados os dados considerando o critério de filtragem de periódicos que detiveram classificação *qualis* A1, A2, B1 e B2 no evento do Quadriênio 2013-2016 e na área de avaliação.

Tabela 3: Classificação dos Periódicos

Panorama os periódicos de Administração - <i>Qualis</i> 2013-2016 (sem repetições)	Quantidade
Classificação A1	0
Classificação A2	14
Classificação B1	27
Classificação B2	37

Fonte: Elaborado Pelos autores

Considerando as seleções feitas até este momento, tem-se todas as revistas especializadas no tema Administração Pública e de Empresas. Faz-se necessário, então, destacar àquelas que visam especificamente o conteúdo de Administração Pública. Para tal, foi necessário buscar a descrição de cada periódico remanescente a fim de diagnosticar dada particularidade. Por fim, desta etapa inicial, foram 5 as revistas – vide tabela 4 – que atenderam os requisitos apresentados.

Tabela 4: Periódicos a serem analisados

ISSN	Título do Periódico	Estrato
1679-3951	Cadernos EBAPE.BR (FGV. online)	A2
1982-3134	Revista de Administração Pública	A2
2175-5787	Administração Pública e Gestão Social	B1
2236-5710	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	B2
2357-8017	Revista do Serviço Público (online)	B2

Fonte: Elaborado Pelos autores

Obtida essa informação foi possível percorrer as publicações ano a ano a fim de diagnosticar quais delas abordaram assuntos relacionados a tecnologia da Informação, e, mais especificamente, governança de TIC.

Por se tratar de um tema relativamente novo na administração pública foi feito um recorte temporal de 2010 a 2017. Além disso, o decreto 8.638 do governo federal justifica a análise aqui proposta e o período descrito. Essa iniciativa do governo demonstra a relevância com que é tratado o tema e, ademais, vale o estudo a fim de determinar como o assunto estava sendo discutido antes da determinação federal e se alguma tendência de adoção desses valores já pode ser percebida dentro das organizações públicas.

Dessa forma, foram analisadas todas as publicações das cinco revistas encontradas no período supracitado. A busca realizada ocorreu de forma paralela levando em consideração o título e o resumo das publicações. Primeiramente, foram analisadas as produções que tangenciavam o tema tecnologia da informação e, posteriormente, a abordagem em governança de TIC. Como resultados foram encontrados 36 artigos que tratavam os mais diversos assuntos de tecnologia da informação e 6 artigos afunilaram para o tema de governança de TIC. A tabela 5 apresenta pormenores desta etapa.

Tabela 5: Quantidade de artigos publicados por periódicos (2010-2017)

ISSN	Título do Periódico	Quantidade de Publicações (2010-2017)		
		Gerais	TIC	Governança de TIC
1679-3951	Cadernos EBAPE.BR (FGV. online)	332	5	--
1982-3134	Revista de Administração Pública	440	13	3
2175-5787	Administração Pública e Gestão Social	158	4	--
2236-5710	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	108	3	--
2357-8017	Revista do Serviço Público (online)	156	11	3
Total		1.194	36	6

Fonte: Elaborado Pelos autores

Também sobre os dados desse cenário a tabela 6 destaca os artigos relacionados a tecnologia da informação segundo um agrupamento anual e agregando as cinco revistas.

Tabela 6: Distribuição da produção em TIC e Governança de TIC (2010-2017)

Ano de Publicação	TIC	Governança de TIC
2010	1	--
2011	3	--
2012	4	2
2013	9	2
2014	6	2
2015	9	--
2016	2	--
2017	2	--
Total	36	6

Fonte: Elaborado Pelos autores

Por conseguinte, frente aos seis artigos que tratam o assunto de governança de TI, elaborou-se outros dois levantamentos: (1) os centros de pesquisa brasileiros que demonstraram atenção ao assunto aqui abordado; (2) quando estudos empíricos, quais órgãos públicos foram utilizados como objetos dos mesmos. Por resultado do primeiro caso a tabela 7 é apresentada.

Tabela 7: Centros de pesquisa brasileiros que elucidaram o tema de governança de TI em seus artigos

Centro de pesquisa	Sigla Estado	Quantidade Publicações	Quantidade pesquisadores
UCB – Universidade Católica de Brasília	DF	3	4
FGV/EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo	SP	1	2
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	1	4
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	SC	1	2
Total		6	12

Fonte: Elaborado Pelos autores

Ainda neste levantamento, tabela 7, vale o ressaltado que o mesmo um autor/professor – João Souza Neto – participou da produção dos três artigos, e, o referido pesquisador é professor do curso de Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação pela (UCB).

Por fim, a tabela 8 demonstra o título de cada artigo que tange o assunto de governa de TIC bem como a metodologia de cada pesquisa realizada. Para os estudos empíricos, é destacado o órgão público que servido como referência de exploração.

Tabela 8: Detalhes dos artigos que tangenciaram o assunto de governança de TIC

Título do Artigo	Centro de pesquisa	Ano de publicação	Metodologia	Instituição pesquisada
Diretrizes para implantação da governança de tecnologia da informação no setor público brasileiro à luz da Teoria Institucional	UCB	2012	Pesquisa Qualitativa / Teórica	--
Dimensões do uso de tecnologia da informação: um instrumento de diagnóstico e análise	Eaesp/FGV	2012	Pesquisa Qualitativa / Empírica	Empresa Setor Privado
Avaliação da percepção da conformidade de processos de contratação de soluções de Tecnologia da Informação com a Instrução Normativa no 4/2010 da SLTI	UCB	2013	Pesquisa Qualitativa / Empírica	Ministério Público Brasileiro (MPB)
Governança de tecnologia da informação: um estudo do processo decisório em organizações públicas e privadas	UFRN	2013	Pesquisa <i>survey</i> descritiva / Empírica	Dezoito organizações públicas e vinte e seis de organizações privadas. Nomes não apresentados
Comitês de governança de tecnologia da informação na administração pública federal brasileira: fatores críticos de sucesso	UCB	2014	Pesquisa Qualitativa / Teórica	--
Percepção dos gestores operacionais sobre os impactos gerados nos processos de trabalho após a implementação das melhores práticas de governança de TI no TRE/SC	UFSC	2014	Pesquisa Qualitativa / Empírica	TRE/SC

Fonte: Elaborado pelos autores

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A primeira análise dos dados está sobre os detalhes dos periódicos encontrados na plataforma sucupira, onde, dentre as 1677 revistas apenas 78 tratam especificamente o assunto de administração pública e de empresas. Chama-se atenção ao fato de que nenhuma dessas revistas são classificadas com o *qualis* máximo, ou seja, A1. Isto demonstra a necessidade de que uma maior atenção deve ser dada à área especificada.

Também é possível analisar informações referentes aos veículos de publicações que tratam especificamente o assunto de administração pública. O site de notícias Correio Braziliense (CORREIO BRAZILIENSE, 2016) fez a análise dos dados disponibilizados pela

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e apresentou um estudo onde chegara-se à conclusão de que, em 2016, o Brasil já contava com 2.2 milhões de servidores públicos federais, o que representa 12% dos trabalhadores formais do cenário nacional. Dada essa dimensão percebem-se poucas – apenas cinco – revistas especializadas no assunto de administração pública, e, conseqüentemente, poucas produções que agreguem valores à área citada.

Quando voltado para a área de TIC percebe-se que, inserido ao escopo pesquisado, apenas 3% dentre os artigos publicados fazem alguma referência a tal campo. De fato, esta é uma situação alarmante pois, segundo Cunha e Souza Neto (2014), atualmente as organizações dependem sobremaneira da efetividade das suas áreas de tecnologia da informação e, algumas, até mesmo para sua sobrevivência. Portanto, um vasto campo de estudo está disponível e, mais do que isso, rogando por exploração.

O cenário se torna alarmante no momento que é tocado no assunto de governança de TIC, pois menos de 1% – dentre todos os artigos pesquisados – abordam este tema. Interessante é perceber que há dez anos atrás tal enunciado já era tratado com seriedade fora do meio organizacional público. Isso fica evidenciado no artigo de Klumb e Marcondes de Azevedo (2014), que afirmam “dessa forma, as organizações, segundo ITGI (2007), não podem atingir seus requisitos de negócios e governança sem adotar e implementar um modelo para governança de TI”.

Muitas análises poderiam ser realizadas quanto ao conteúdo dos artigos que tangenciaram o assunto de governança de TIC, por exemplo seus autores e referências, seus centros de pesquisa, levantamentos sociométricos, locais de maior maturidade quanto a certame analisado, etc. Porém, dado o quantitativo encontrado (seis, apenas), tais análises não refletiriam itens relevantes e concisos para delimitação de conclusões e/ou tendências. Coube a este artigo apenas buscar órgãos públicos que serviram de referência para estudos, onde, escassamente, dois foram encontrados.

Ainda relacionando os seis artigos, a tabela 7 e seus desdobramentos demonstraram alguns fatos passíveis de notoriedade, porém não generalizáveis (devido aos fatos supracitados). Salienta-se, além do destaque naturalmente dado à UCB devido quantidade de publicações (três, dentre o universo de seis), o fato dessa concentração ocorrer justamente no Distrito Federal, onde o cerne dos três poderes brasileiros se encontram. Também cabe a reflexão de quanto um mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação pode agregar ao assunto aqui abordado.

Nessa linha de raciocínio, é possível compreender a decisão – acertada – do governo

federal em instituir um decreto que determina a aplicação de boas práticas e governança de TIC nos órgãos públicos. O descaso com o assunto é nítido, ao menos no que tange as publicações de estudos. Vale ressaltar, ainda, na forte crença no meio acadêmico e nos reflexos que o mesmo tem sobre os certames de interesse social.

5 CONCLUSÕES

Apresentar o panorama da situação das produções científicas acerca do assunto de governança de TIC no contexto da administração pública brasileira foi o objetivo desta análise bibliométrica. A relevância da pesquisa está evidente, principalmente, pelo contexto do cenário global encontrado nos meandros trilhados pelos escassos artigos que adentram o proposto tema. Dessa forma, o presente trabalho se torna pertinente por desvelar a falta de cuidado e atenção que circunda tal a área.

Os resultados aqui obtidos devem servir como alerta para os responsáveis por administrar organizações públicas. Onde, apesar da determinação do governo federal, pouco se produz e pouco se evidencia dos trabalhos realizados em direção à preocupação com governança de tecnologia da informação. Estudos de caso e documentações de diligências e intenções de aplicação de dado conceito se faz por demais pertinente em prol de compartilhamento de informações e incentivos às evoluções – o que nada mais é, e contribui para, o zelo das causas públicas.

Ademais, durante este empenho, não somente fica evidenciado que as organizações públicas devem voltar seus olhos às questões de governança em TIC. Outro fato digno de preocupação pode ser despertado: a necessidade de reflexão sobre a relevância das produções brasileiras, bem como suas áreas de pesquisas.

Esta crítica não se justifica apenas pela falta de produção sobre o assunto supracitado, mas também pela não existência de, sequer, uma revista de administração brasileira dentre àquelas conceituadas com valor máximo da classificação *qualis*. Intenciona-se em enfatizar e transcrever tal situação não pelo fato de simples apontamentos de possíveis falhas, ou por devaneios críticos sem fundamento. A questão é que se torna impossível ver tal cenário e esquecer o que foi elucidado na revisão da literatura do presente artigo, onde é discutido que as organizações públicas – principais produtoras de pesquisas no ambiente nacional – tem o dever de bem gerir os recursos da população.

Qual o destino dos recursos investidos pela sociedade e qual o seu retorno para os cidadãos é a questão que fica a ser respondida pelos leitores destas singelas linhas que se

enquadrarem no contexto da ponderação aqui realizada.

Uma situação diagnosticada, apesar de não generalizável, demonstra-se considerável para a temática de governança de TIC: o quanto os cursos de Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação poderiam contribuir com o contexto caso difundidos pelo território nacional. Apresenta-se, portanto, uma possibilidade de futuras abordagens científicas entorno desta arguição em prol de comprovar mais ampla e incisiva.

Por fim, devidamente explanados os pontos conclusivos e a relevância do tema para a gestão pública – e, por conseguinte, a sociedade – faz-se por obrigação do presente trabalho propor uma agenda de explorações que contemplem, comprovem e exponham minúcias relacionadas ao certame circundado. Os evidentes benefícios advindos das evoluções trazidas pela aplicação de boas práticas de gestão de TIC, através de sua governança, são notoriamente positivos e o valor/retorno social devem ser fomentados de maneira aguda a fim de que sejam exploradas as lacunas teóricas aqui expostas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016

CORREIO BRAZILIENSE. 30 de outubro de 2016. Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/10/30/internas_economia,555328/brasil-tem-menos-servidores-publicos-do-que-os-paises-desenvolvidos.shtml>. Acesso em Junho de 2017.

CUNHA, Marcelo Silva; SOUZA NETO, João. **Comitês de governança de tecnologia da informação na administração pública federal brasileira: fatores críticos de sucesso.** Revista do Serviço Público. Julho/2014.

DE SOUZA PIRES, José Calixto; MACÊDO, Kátia Barbosa. **Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil.** Revista de Administração Pública – RAP Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 81-105, Janeiro/Fevereiro 2006.

FRESNEDA, Paulo S. V. **Transformando organizações públicas: a tecnologia da informação como fator propulsor de mudanças.** Revista do Serviço Público, v. 49, n. 1, janeiro-março/1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

KLUMB, Rosângela; MARCONDES DE AZEVEDO, Beatriz. **A percepção dos gestores operacionais sobre os impactos gerados nos processos de trabalho após a implementação das melhores práticas de governança de TI no TRE/SC.** Revista de Administração Pública – RAP Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, abril 2014.

LUNARDI, Guilherme Lerch; BECKER, João Luiz; MAÇADA, Antonio Carlos Gastaud.

Impacto da adoção de mecanismos de governança de tecnologia de informação (TI) no desempenho da gestão da TI: uma análise baseada na percepção dos executivos. Revista de Ciências da Administração, v. 12, n. 28, p. 11, setembro/dezembro 2010.

MENDONÇA Cláudio Márcio Campos de; GUERRA, Lenin Cavalcanti Brito; SOUZA NETO, Manoel Veras de; ARAÚJO, Afrânio Galdino de. **Governança de tecnologia da informação: um estudo do processo decisório em organizações públicas e privadas.** Revista de Administração Pública – RAP Rio de Janeiro. Março/Abril 2013.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em Junho de 2017.

RBZ. Revista Brasileira de Zootecnia. Disponível em < <http://www.revista.sbz.org.br/>>. Acesso em Junho de 2017

TCU. Tribunal de Contas da União. Disponível em <<http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca-de-ti/entendendo-a-governanca-de-ti/>>. Acesso em Julho de 2017.

TREINTA, Fernanda Tavares, FARIAS FILHO, José Rodrigues, SANT'ANNA, Annibal Parracho, RABELO, Lúcia Mathias. **Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão.** Production, v. 24, n. 3, p. 508-520, Novembro 2014.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. **As funções da Administração Pública.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 11 mar. 2011. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31496>. Acesso em: 07 agosto 2014.